

## UM NOVO CONCEITO: REQUALIFICAÇÃO DA CASA COMERCIAL DA VILA LAJU A NEW CONCEPT: REQUALIFICATION OF THE VILA LAJU COMMERCIAL HOUSE

Joice Tainar Renz<sup>1</sup>

Barbara Reichert<sup>2</sup>

Carline Ternus<sup>3</sup>

Ana Bell Henn<sup>4</sup>

### Resumo

O presente trabalho tem como intuito principal a requalificação da edificação existente, mais conhecida como Casa Comercial da Vila Lajú, através da projeção de um novo uso para edificação, englobando o restante do terreno da proposta, propondo um novo uso e adaptando-a ao momento atual do contexto em que se insere no município de Mondaí-SC. Essa edificação recorrente de anos passados configura a identidade da comunidade local, pois ela foi muito frequentada e possui grande valorização devido às atividades sócio, culturais intensas naquele espaço. Localizado no interior do município de Mondaí-SC, mais precisamente na Vila Laju. Com base nos estudos dos principais teóricos do restauro, patrimônio cultural, memória e identidade surgiu a proposta de requalificação deste patrimônio, através da inserção de espaços múltiplos, sendo eles, o Museu Fotográfico, Museu de história, o espaço café e os ambientes externos que compreendem o jardim sensorial e os demais espaços de contemplação atraindo assim a população local e turistas e consequentemente resguardando e renovando a vitalidade deste espaço.

**Palavras-chave:** Requalificação. Casa de Comércio. Edificação Pré Existente.

### Introdução

Este estudo tem por objetivo o desenvolvimento de um projeto de requalificação de uma edificação conhecida como casa de comércio no município de Mondaí-SC englobando o seu entorno tendo como principal premissa a conservação e preservação do patrimônio histórico assim como a memória e identidade da cultura local rural.

Nesse sentido observou-se que com o passar dos anos, a demanda construtiva altera-se e novos conceitos arquitetônicos vão surgindo deixando para traz a

---

<sup>1</sup> Graduanda do Curso de Arquitetura e Urbanismo da Uceff Itapiranga. Email: joice\_renz@hotmail.com

<sup>2</sup> Mestre em Arquitetura e Urbanismo pela IMED. Docente e coordenadora do Curso de Arquitetura e Urbanismo da Uceff Itapiranga. E-mail: barbara@uceff.edu.br

<sup>3</sup> Mestre em Comunicação Midiática, pela Universidade Federal de Santa Maria. Docente do Curso de Arquitetura e Urbanismo da Uceff Itapiranga. E-mail: carline@uceff.edu.br

<sup>4</sup> Especialista em Design de Interiores, Decoração e Ambientação Docente do Curso de Arquitetura e Urbanismo da Uceff Itapiranga. Email: anahenn@uceff.edu.br

arquitetura local de muitas regiões, transformando as representações da identidade cultural de muitos povos. Entretanto é neste contexto que se tem como exemplo a edificação comercial localizada na Vila Laju, interior do município de Mondaí, Santa Catarina. A edificação possui para com a população local grande relevância onde a mesma retrata uma parte da caminhada junto do processo da construção da identidade do município de Mondaí, sendo que ainda a mesma seria um dos principais pontos comerciais do local, destacar ainda que a edificação era local de trocas relacionadas a produção agrícola que era uma das principais fontes de renda da população rural.

Sendo assim, através deste conceito impõe-se a ideologia de uma intervenção na edificação patrimonial histórica, a requalificação deste espaço e seu entorno parte do pressuposto de revigorar a vivacidade desta edificação existente através da implantação de um museu fotográfico cujo intuito é enaltecer a história da edificação existente criando novos usos e implementando a estrutura externa criando conexão entre o novo e o existente.

Nessa busca pela preservação do patrimônio histórico, suas memórias e identidade percebeu-se que cada indivíduo é parte de um todo, da sociedade e do ambiente onde vive, e constrói, com os demais, a história dessa sociedade. A destruição dos bens herdados das gerações passadas acarreta o rompimento da corrente do conhecimento, levando-nos a repetir incessantemente experiências já vividas. Atualmente, a importância da preservação ganha novo foco, decorrente da necessária consciência de diminuirmos o impacto sobre o ambiente, provocado pela produção de bens. A preservação e o reuso de edifícios e objetos contribuem para a redução de energia e matéria-prima necessárias para a produção de novos (KUHL, 198, p. 176).

Neste contexto entende-se que através da requalificação da antiga casa de comércio localizada na Vila Laju, interior do município de Mondaí – SC será possível a preservação e valorização do patrimônio histórico, suas memórias e características ideológicas impostas perante a cultura local rural.

## **Memória e identidade**

Através do impulso globalizador que vem predelineando os rumos da história recente, a memória emerge, portanto, como uma das preocupações centrais das sociedades. Em um mundo onde as constantes mutações acabam afetando diretamente nossas lembranças e memórias descaracterizando uma cidade e inibindo a sua identidade. Desta forma o passado como elemento eterno no qual podemos ancorar sonhos e expectativas, assim como elementos significantes por eles apresentados, surge como o lugar das experiências possibilitando a formação de novas imagens que reconfiguram a cidade, cidade está que guarda em sua essência histórias de tempos passados.

Neste contexto destaca-se o intuito de descrever a palavra memória através de seu significado filosófico que destaca memória como sendo a capacidade de reter um dado da experiência ou conhecimento adquirido e trazê-lo de volta a mente quando for solicitado. A palavra também diz respeito a lembranças, recordações que se tem ao longo da vida, elementos e fatos que já ocorreram e são guardados em uma parcela do nosso cérebro, para que desta forma o mesmo possa relacionar um evento atual com um evento ocorrido no passado (Japiassú, 1996, p.178).

Seguindo neste cenário observamos que a memória é um elemento fundamental para a existência do passado, sem ela as recordações ficariam flutuando em um meio distante e não teríamos conhecimento de quem somos ou de onde viemos. Por isso que a memória não pode ser entendida como apenas um ato de busca de informações do passado, tendo em vista a reconstituição deste passado. Ela deve ser entendida como um processo dinâmico da própria rememoração, que está diretamente ligado à questão de identidade (Santos, 2004, p. 59).

A memória é um elemento essencial da identidade e contribui para a formação da cidadania. A definição da própria identidade cultural implica em distinguir os princípios, os valores e os traços que a marcam, não apenas em relação a si própria, mas frente a outras culturas, povos ou comunidades (Potter, 1990).

A identificação de um povo é construída através do reconhecimento de algumas expressões oriundas ou de características que são partilhadas com outros grupos, ou ainda a partir de um mesmo ideal. Observa-se que a construção da

identidade toma como base a idealização de um povo que busca se apropriar de valores e manifestações incluindo-os em seu meio de vida e desta forma repassando de geração para geração escrevendo sua história. A identidade em seu maior conceito tem a ver com a utilização dos recursos históricos como linguagem, e cultura para destacar não somente o que somos, mas no que nos tornamos ao longo da história (HALL, 2000, p. 106 a 109).

“A cultura constitui a herança social do ser humano, as culturas alimentam a identidade individual e social no que ela tem de mais específico. Por isso as culturas podem mostrar-se incompreensíveis umas para as outras (Morin, 2002, p. 55)

Nesse sentido observa-se o patrimônio histórico como um elemento potencializador da memória e da identidade que age como intuito de repassar o valor simbólico, sendo ele de caráter material ou imaterial, envolvido em uma temática de vivências e padrões culturais. O patrimônio é muito mais que uma mera ruína, patrimônio tem vida, gera vínculo com pessoas, costumes e saberes, sendo memória e construção, cultura e referencia documental, compondo um conjunto de bens que devido ao seu valor sentimental, deve ser considerado de interesse relevante para a permanência e a identidade da cultura de um povo (Badalotti, 2015).

Portanto a memória fornece características que automaticamente são ligadas a identidade formando elos que fortalecem a cultura histórica de nossos patrimônios. E é através destes monumentos que é possível reconhecer uma série de particularidade, como época em que foram constituídas atividades que ali se desenvolveram, ou seja, reconhecer na arquitetura todos os valores que estão nela e que através dela são apresentados ao indivíduo. Torna-se possível distinguir e entender esses monumentos através de suas características culturais destacadas em sua bagagem que recebe e que passará de geração para geração garantindo a continuidade da cultura do seu povo (POTTER, 1990).

Desta forma pode-se concluir que memória como um todo possui como elemento em seu significado a arte de caracterização da cultura e do povo, assim como também de desenvolver uma nova visão ou imagem do desenvolvimento do estado de ser história ou quem somos nesta grande história.

## Patrimônio cultural

A palavra patrimônio é definida através de sua origem no latim *patrimonium*, se refere a tudo que pertence ao pai de família e que pode ser deixado como herança, sem existir o conceito de patrimônio público. Hoje, quando se fala em patrimônio, duas ideias diferentes, mas relacionadas, vêm à nossa mente. Em primeiro lugar, vem a ideia os bens que transmitimos aos nossos herdeiros que podem ser de valor material ou imaterial ressaltando a existência do patrimônio espiritual (Funari, Pelegrini, 2009).

Nesse sentido o patrimônio cultural de uma cidade é elemento correspondente da transformação de um espaço, não somente considerando a constituição da edificação de um monumento, mas pelo fato de este bem carregar a cultura desenvolvida através de anos por uma determinada comunidade, desta forma a mesma vive com a finalidade de trazer a atualidade a memória e o pertencimento de uma cultura (EDELWEISS, 2016).

Segundo o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN (2015), que estabelece patrimônio cultural como:

O patrimônio cultural é o conjunto de manifestações, realizações e representações de um povo. Ele está presente em todos os lugares e atividades: nas ruas, em nossas casas, em nossas danças e músicas, nas artes, nos museus, escolas, igrejas e praças. Nos nossos modos de fazer, criar e trabalhar. Nos livros que escrevemos, na poesia que declamamos, nas brincadeiras que fazemos, nos cultos que professamos. Ele faz parte de nosso cotidiano, forma as identidades e determina os valores de uma sociedade. É ele que nos faz ser o que somos (Iphan, 2015, p. 3)

No sentido mais particular da palavra patrimônio, observa-se a sua aproximação com algo relativo ao passado, diz respeito a algo que foi herdado e repassado adiante através dos tempos contemplando as gerações seguintes demandando uma fonte de significados na busca da cultura do espaço urbano (Costa,1995).

O patrimônio arquitetônico não é formado apenas por edificações monumentais mais também pelo conjunto de construções antigas que fazem parte da herança histórica das cidades ou até mesmo de um local específico, que representam pelo seu estilo a época e as técnicas construtivas utilizadas (Carta Europeia,1975).

Entretanto como a relevância deste significado deve ser expressado arquitetonicamente observando que o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) destaca como conceito de patrimônio diversos outros valores como o histórico, o paisagístico, o arquitetônico e o artístico, englobados no conceito de patrimônio cultural, que é o conjunto de manifestações, realizações e representações de um povo ou de uma comunidade (Iphan, 2015).

Por meio da proteção dos bens culturais se entende o desenvolvimento das comunidades e traz à tona o sentimento de memória e pertencimento dos espaços. Neles são criados significados por meio dos usos, sejam eles atuais ou remanescentes, de modo que o patrimônio cultural seja entendido a partir dos fatores urbanos, ressaltando a importância histórica e social como construtora da cidade (Edelweiss, 2016)

Ainda nesse conceito observa-se que toda a cidade necessita de coletividade e para que isso ocorra é relevante a existência de espaços “bens edificados” que carreguem em seu propósito valores simbólicos gerando grupos sociais que demandam da existência de uma cultura histórica, sem ela nossos espaços são completamente vazios e nossa cultura se torna pobre (Montaner, 1997).

Além dos conceitos abordados, ainda se ressalta como forma de referência cultural através das manifestações que denominam a identidade característica de um povo, destacando que para um bem ser reconhecido necessário se faz que ele apresente relevância significativa quanto a memória e a identidade. Questões que se encontram contempladas no Inventário Nacional de Referências Culturais (iphan, 2000):

- Celebrações: Denomina-se como rito e festividades religiosas, civis ou ligados aos ciclos produtivos;

- Formas de Expressão: Denomina-se como maneiras não linguísticas por meio das quais uma comunidade expressa sua cultura, como o cordel, a moda de viola e a xilogravura;
- Ofícios e Modo de Fazer: Denomina-se como atividades, conhecimento, técnicas que identificam um grupo social, como a produção de objetos e a prestação de serviços;
- Lugares: Denomina-se como espaços apropriados para diversas atividades, como trabalho, comércio, lazer e religião, cuja atividade humana produz sentido especial ao lugar;
- Edificações: Denomina-se como associadas à determinados usos, significados históricos, memória e imagens que suscitam, independentemente de sua qualidade arquitetônica ou artística;

Desta forma percebe-se que o patrimônio histórico cultural possui uma amplitude de conceitos e de certa forma é considerado como um tesouro valiosíssimo que caracteriza e constitui a cultura de um determinado povo. Além disso ele concretiza os conceitos sobre a memória e a formação da identidade agregando valor e significados aos bens edificados.

### **Patrimônio Cultural Rural**

O processo de globalização compreende diversos elementos no contexto político, econômico, social, cultural desta forma impulsionando mudanças que sobrevêm em todos os espaços, mas cada qual com uma lógica diferente e intensidades desiguais (Hall, 2006). Neste contexto então devido ao processo de globalização houve um impulso significativo para a preservação do patrimônio histórico e cultural na tentativa de preservar os vínculos com o passado.

Este processo de manutenção das especificações de cada lugar é decorrente de certa forma das características intrínsecas de cada espaço, sendo que elas resultam em um conjunto de condições que acontecem naquele local como tradições, hábitos, histórias denominando o patrimônio cultural através da união desses saberes (Correia et. al., 2009).

Desta forma as relações entre os grupos sócias mudam conforme o decorrente dos anos, influenciando o processo de novas culturas para com a população. Nessa demanda alguns traços culturais são preservados, mas ainda se percebe o desvio e perda de muita história, muitas vezes apenas são discretamente modificados, e, portanto, é difícil de identificar e interpretar essas alterações durante este processo (Lyra, 2016).

Nesse contexto destacamos a arquitetura rural como sendo pouco representada dentre a cultura de monumentos que são preservados no Brasil. As questões sobre preservação de patrimônio rural possuíram enfoque recente. Dessa forma o conceito de patrimônio rural tem se alterado principalmente pela inclusão dos bens imateriais, que representam as práticas tradicionais ligadas à agricultura e aos elementos naturais, evidenciando as relações que a comunidade estabeleceu com o território ao longo da história (Correia et. al., 2009).

Já na atualidade o conceito de patrimônio cultural rural estabeleceu uma definição completa compreendendo todos os seus componentes, sendo eles, paisagem, edifícios, técnicas, instrumentos e até mesmo o homem como sendo o contexto da vivência rural. Já referente a arquitetura destacamos a forma de construção como sendo definida através de sua finalidade, época, local, materiais disponíveis e técnicas compreendidas na época (Hall, 2006).

Segundo Lyra (2016) observa-se um número considerável de edificações rurais cadastradas como sendo patrimônio cultural histórico, mas ainda existe uma dificuldade grandiosa quanto a identificação destas edificações e desta forma foi realizado um Guia de Observação do Patrimônio Rural Europeu, que define o patrimônio cultural rural brasileiro em (Correia et al, 2009):

- Patrimônio Histórico: Testemunhos do passado como ruínas e sítios arqueológicos;
- Casa de Habitação: Casa de exploração agrícola, enquanto lugar de habitação;
- Exploração Agrícola: Como celeiros e construções para o gado;
- Artesanais e Industriais: Construções destinadas a oficinas, moinhos etc.;
- Construções Coletivas: Desempenharam funções a serviço da comunidade, como igrejas, escolas, mercados e clubes;

Além desses critérios de entendimento sobre patrimônio cultural rural, destacam-se ainda os conceitos sobre as práticas tradicionais da agricultura sendo elas essenciais quando o produtor fara o cultivo da terra (Correia, et. al., 2009).

### **Paisagem Rural**

A paisagem nesse sentido para com o viés cultural, destaca as diversas formas de percepção sensorial do espaço, definindo esses espaços como elementos da memória, pois esses elementos carregam os mais diversos momentos históricos em uma única representação, é espaço também onde se guardam as experiências de um grupo com o qual o sujeito se identifica, conjugando o passado e o presente. Nesse contexto a paisagem rural retrata as questões relacionadas as mudanças e as novas configurações entre o espaço atual e o antigo (Hall, 2006).

Além disso, entende-se por paisagem uma construção histórica do espaço que mantém em sua composição uma definição harmoniosa e ao mesmo tempo conflitante onde o passado e o presente transformam a mesma como elemento receptáculo do patrimônio cultural de uma sociedade como um todo, garantindo o elo estrutural mantendo sua identidade cultural (Rosas, 2010)

É necessário, portanto, aprender os significados da paisagem para decifrar os modos de vida, as ações humanas no espaço, expressas em marcas objetivas ou subjetivas construídas historicamente e determinadas no momento. No meio rural, tal perspectiva é muito bem visível e traz à tona as características de seus moradores e sua ligação com o local, numa análise que extrapola meramente o economicista, trazendo uma análise das condições das pessoas mais próximas de sua realidade (Rosas, 2010, p. 120)

De acordo com a leitura de uma paisagem onde ela relata que ela é responsável de certa forma por identificar os laços de um indivíduo com o local. Dessa maneira, observa-se que através desses registros podemos compreender e especificar cada local, contando a história, econômica e geográfica deste contexto (Pimenta; Figueiredo, 2014).

Com a finalidade de descrição dos conceitos de paisagem rural, a importância da paisagem foi moldada com o passar dos milênios tendo como influência a história

humana e física da terra. Dentre todos estes conceitos sua importância consiste em certo modo na singularidade do convívio entre o homem e natureza, assegurando uma identidade particular (Iphan, 2009).

### **Turismo Rural**

Através da preservação das memórias coletivas e individuais, nesse contexto o modelo de vida rural tem a possibilidade de tornar esses espaços de produção econômica em um espaço atrativo de turismo rural (Hall, 2006).

É através do crescente processo de urbanização das cidades, que se observou a procura do ser humano com a proximidade da tranquilidade exposta através da natureza, destacando assim um diferente estilo de vida o que vem alterando os conceitos para com a vida no campo. Além do mais essa procura pela ruralidade caracterizada pelo turismo agrega aos agricultores uma renda complementar, onde o agricultor não precisa deixar suas atividades de lado, mas sim compartilhar com os visitantes possibilitando de certa forma a interação com o visitante (Kloster, Cunha, 2014).

Ainda nesse conceito deve-se de certa forma atentar-se ao abuso da utilização desse recurso pois assim como em qualquer outra estrutura esse excesso pode acabar prejudicando a integridade física do monumento a ser preservado. Nesse sentido observa-se que há recomendações que impõem um limite para essas atividades garantindo o mínimo de impactos negativos sobre o modo de vida da cultura rural. Afinal como mencionado na Carta do Turismo Cultural (1999) o objetivo do turismo cultural rural nada mais é do que o conhecimento de um modelo de bens abrangendo a natureza, arquitetura local e as construções tradicionais conforme a localidade (Carta do turismo cultural, 1999).

Através da existência de novos usos para estas edificações em processo de desuso estes novos usos garantem a continuidade e a vivência da mesma, mas assim como a inexistência do uso pode empobrecer a existência da edificação, também se destaca que a escolha da atividade que será implantada neste espaço deve ser

condizente com a história e a identidade dessa edificação, pois sem este cuidado a mesma pode perder seu significado histórico (LYRA, 2016).

Contudo, é de suma importância o entendimento ao propor uma intervenção característica de novos usos em edificações pré-existentes, sendo necessário observar a vocação do uso desta edificação para que desta forma a mesma não prejudique o conceito histórico desta edificação mantendo viva a cultura, história e identidade do bem edificado. Além disso, deve-se levar em conta nesse modelo de proposta o potencial e o objetivo advindo do turismo como sendo um elemento beneficiador para a comunidade promovendo a interação e conhecimento das técnicas e atividade locais, para que desta forma a população em geral passe a respeitar e preservar os monumentos culturais rurais (KLOSTER, CUNHA, 2014).

### **Intervenção em pré-existentes**

Nos últimos anos, vem sendo percebido uma maior atenção no que nos diz respeito a preservação do patrimônio cultural brasileiro. Nesse contexto tem-se a possibilidade do resgate de importantes manifestações que se encontram em total abandono, cidades inteiras modificando o seu conceito de forma inevitável, desta forma é fundamental que a cultura seja mantida (Barros, Barros e Marden, 2013).

Entretanto observa-se neste modelo de panorama de intervenções em monumentos arquitetônicos no Brasil, nos últimos 30 anos, um fenômeno que Ascención Hernandez Martinez denomina como o restauro depois do restauro. Enfatiza a questão de que as práticas atuais estão se distanciando cada vez mais de seu propósito atual (Carbonara, 2011).

Desta forma destacamos o conceito de restauro através dos conceitos da Carta de Veneza que define restauro como:

Tem por objetivo conservar e revelar valores estéticos e históricos do monumento e fundamenta-se no respeito ao material original e aos documentos autênticos. Termina onde começa a hipótese no plano das reconstituições conjecturais, todo trabalho complementar reconhecido como indispensável por razões estéticas ou técnicas destacar-se-á da composição arquitetônica e deverá ostentar a marca do nosso tempo. A restauração será sempre precedida e

acompanhada de um estudo arqueológico e histórico do monumento (Carta de Veneza, 1964, p. 23).

Segundo Brolin (1984), a revitalização consiste em um elemento caracterizado como uma espécie de reciclagem de uma edificação ou monumento sendo elas de carácter maior ou menor. Desta forma temos o restauro como uma forma consistente de renovação ou revitalização das ações impostas pelo tempo, esse tempo é que se denomina responsável pela degradação de uma edificação é ele quem determina na maior parte do tempo a sua existência.

Do ponto de vista estético a intervenção na edificação como um todo possui uma singularidade expressa na grande maioria das vezes como uma harmonização entre o antigo e o novo, elemento que vem para diminuir os impactos que o tempo proporciona em um monumento (Brolin, 1984). Desta forma destacam-se três graus de intervenção que serão destacados a seguir:

- Radical: intervenção de forma contrastante, na harmonia e descaracterização da identidade da edificação, destacando alteração de material, cores, texturas etc.
- Equilibrado: quando os acréscimos são paralelos ao da edificação já existente, utilização dos mesmos materiais condizentes aos encontrados na edificação. Não desrespeitando a identidade da obra.
- Sutil: neste processo observa-se um respeito total e completo a edificação existente, tanto em funções de novas composições, observando-se uma grande dificuldade na hora de distinguir o que foi revitalizando na edificação.

Ainda sobre os conceitos de intervenção, onde o mesmo os destaca através de um termo generalista que define toda e qualquer forma de intervenção em um bem edificado subjugado em várias categorias, entre as quais na atualidade a mais utilizada de certa forma seria o termo de restauração, mas de certa forma na grande maioria das vezes este é mais utilizado por não se ter um conhecimento prévio do assunto, desta forma destacamos os principais termos de intervenção segundo Coelho (2003).

- Restauração: este processo decorrente de ser o mais conhecido e por fato o mais utilizado consiste em preencher as lacunas e recomposição da imagem como um todo, devolvendo as características originais da obra;

- **Conservação:** de forma geral este processo requer a manutenção do seu uso original, com eventuais ajustes e adequações funcionais como segurança, conforto, acessibilidade desta forma atualizando a edificação às novas demandas da sociedade moderna;
- **Reconstituição:** este modelo consiste em reconstruir apenas algumas partes do bem edificado, podendo de certa forma reutilizar materiais da própria edificação, muitas vezes os próprios fragmentos da edificação, processo conhecido como anastilose;
- **Adaptação a novo uso:** Este processo voltado a atualidade tem por finalidade adaptar o espaço pré-existente com o intuito de dispor de atividades diferentes do que foi o mesmo foi projetado originalmente;
- **Reconstrução:** este processo é de certa forma um dos mais incisivos onde é realizado uma recriação por completo da edificação antiga;
- **Réplica:** como o nome já diz, este processo consiste em uma cópia de uma edificação ainda existente;

Deste modo o intuito da temática será seguido através do modelo de requalificação que é associado ao novo uso e edificações de interesse histórico cultural. Segundo Lyra (2006) considerasse o uso, na preservação de um edifício histórico de extrema importância para a conservação dele, nesse sentido muitas edificações antigas devem sua vitalidade ao fato de continuar tendo uma função para atender a sociedade ao longo da sua história.

### **Teóricos do restauro**

Devido ao crescente número de demolição de edifícios históricos nos anos de 1950 e 1960, no início do século XX observou-se uma grande movimentação para se preservar a cultura e a memória das cidades e assim consecutivamente de seu povo (Glancey, 2001).

Através deste contexto moldada pela revolução industrial na Inglaterra observou-se o surgimento dos primeiros teóricos da conservação, sendo eles John Ruskin e Eugène Emmanuel Viollet-le-Duc (1814 – 1879), essas teorias posteriormente

foram estudadas, seguidas e adaptadas por Camillo Boito (1836-1914) e Cesare Brandi (1906-1988). Suas teorias obtiveram posições e direcionamentos opostos e ainda com o tempo outras teorias foram sendo elaboradas (WEISSHEIMER, 2015).

- John Ruskin: John Ruskin, nascido em Londres em 1819, foi um dos principais teóricos da preservação dos monumentos do século XIX. Em sua teoria defendia com fervor a preservação dos monumentos, sendo que ainda elas se apresentam atuais e pertinentes à preservação do patrimônio. (Ruskin, 2008).
- Eugène Emmanuel Viollet Le-Duc: Destaca que a intervenção final proporcionaria uma obra completamente diferente da original. Viollet-le-Duc destacava que restaurar um edifício não é mantê-lo, repará-lo ou refazê-lo, é restabelecê-lo em um estado que pode não ter existido em algum momento (Campo, Vichnewski, Passador E Terra, 2016).
- Camillo Boito: Segundo Boito a intervenção para ele deveria ser a menor possível e de fácil identificação, sendo que ainda o mesmo propôs que todas as partes da edificação deveriam ser respeitadas e que a restauração deveria ser advinda de um processo contínuo de conservação sem a necessidade de intervenções futuras (KUHL, 2002).
- Cesare Brandi: Césare Brandi (1906 a 1988), define que se deve respeitar as várias fases por que passou a obra e preserva as marcas da própria translação da obra no tempo (Brandi, 2006).

A teoria de Brandi segundo dados levantados foi uma das mais utilizadas nas intervenções contemporâneas, pelo fato de ela ser umas das mais compreensíveis e coerentes (MEIRA, 2008). Assim como o intuito é trazer um novo uso para edificação sem que a intervenção na mesma seja agressiva, optou-se seguir as teorias apresentadas no modelo de Brandi onde o mesmo destaca que as obras devem ser preservadas de forma coerente, deve-se construir uma edificação pensando na sua vida útil utilizando materiais de qualidade além de fazer os reparos recorrentes das intempéries do tempo, pois nenhuma edificação permanece intacta durante o passar dos anos. (ALTHOFF, 2008).

Sendo assim na sequência será ressaltado a importância das cartas patrimoniais para com o desenvolvimento de uma cultura de preservação do patrimônio histórico e cultural através dos monumentos das nossas cidades (CATRIOTA, 2009).

### **Legislações pertinentes ao tema**

O modelo a ser utilizado para a proposta deste anteprojeto é o Manual de Elaboração de Projetos do Programa Monumental, sendo que o mesmo foi instituído pelo Instituto do Programa Monumental (2005) e também como base teórica o Guia de observação do Patrimônio Rural, elaborada pela Direção Geral da Agricultura e Desenvolvimento Rural (Correia et. al., 2009).

Para esse contexto destaca-se os conceitos relacionados ao Manual do Programa Monumental (2005), onde ele define a elaboração e apresentação de projetos de intervenção em edificações consideradas como sendo patrimônio cultural, as intervenções devem ser realizadas através da elaboração de diretrizes sendo elas dadas em três etapas:

- Identificação do bem edificado;
- Diagnostico;
- Elaboração da proposta de intervenção;

Já com relação ao guia do patrimônio rural, destaca como objetivo a percepção sensorial sobre o patrimônio rural, melhorando o recurso de informações destacando como cada elemento deve ser analisado neste processo (CORREIA et. al., 2009). Ainda no mesmo formato do guia anterior, o Guia de Intervenção em Patrimônio Rural divide-se em:

- Conhecimento do bem edificado;
- Valorização do Patrimônio;
- Renovar e reabilitar essa edificação para uso;
- Redirecionar, destacando desta forma um
- novo uso para edificação;
- Divulgar;
- Restituir e transmitir o patrimônio;

Além destas leis destacadas serão utilizadas ainda: a Norma Brasileira NBR 9050 que define os conceitos projetuais condizentes a acessibilidade perante a edificação, além das normativas de segurança contra incêndio e por fim as Leis Complementares do município de Mondaí.

### **Considerações Finais**

Através dos conhecimentos adquiridos ao longo da pesquisa observou-se o processo da degradação dos edifícios históricos recorrentes na grande maioria das vezes devido à falta de utilização assim como também pelo uso inadequado da tipologia arquitetônica e conseqüentemente ela é condicionada ao abandono. Portanto, desta forma, com a introdução de conhecimentos com base na trajetória intelectual dos grandes autores do restauro, sendo eles: Viollet-Le-Duc, John Ruski, Camillo Boito e Cesari Brandi, foi de fato essencial para o entendimento da importância dos conceitos de “uso” na preservação destes edifícios históricos.

Ainda com o auxílio dos estudos de caso foi possível compreender a importância de que para preservar em muitos casos é necessário adaptar os edifícios a novas funções, de fato todas as edificações sofrem com o abandono ao longo do tempo e foi pensando nisso que se visa a requalificação destes espaços contribuindo assim para com a vitalidade dos centros urbanos, e como consequência obtém-se uma maior aproximação da população local com a identidade cultural e histórica inseridas neste contexto. Nesse sentido, o interesse pela requalificação deste espaço surge com o intuito da revalorização do patrimônio histórico e cultural do local, promovendo o desenvolvimento social e econômico voltado a preservação e ao enriquecimento cultural, mantendo acesa as tradições e a arquitetura local deste contexto.

De fato, até o momento os objetivos específicos foram todos sanados, sendo que ainda os mesmos foram enfatizados no decorrer do levantamento teórico da proposta de anteprojeto arquitetônico, caracterizando os elementos de memória e identidade para posteriormente concretizar este conjunto na idealização da proposta.

Concluindo o estudo em questão partiu da premissa da ideologia de que todos possuímos uma história, história esta que vem viajando de geração em geração, mas

que a cada ano que passa essa história vai se disseminando e ficando no passado tornando-se pequenos fragmentos e de fato se esse processo continuar logo não teremos o que contar as gerações futuras, pois quem retrata a nossa história são as edificações que sobrevivem ao longo do tempo.

### Referências Bibliográficas

ALTHOFF, Fátina Regina. **Políticas de preservação do patrimônio edificado: a gestão do patrimônio urbano de Joinville**. 2008. 210 p. Dissertação (Mestrado em Urbanismo, História e Arquitetura da Cidade) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2008.

Brandi e il restauro architettonico oggi. In: ANDALORO, Maria. **La teoria del restauro nel Novecento da Riegl a Brandi, Atti del Convegno Internazionale** (Viterbo, 12-15 novembre 2003). Firenze: Nardini, 2006.

BRANDI, Cesare. *Arcadio o della scultura. Eliante o della architettura*. Torino: Einaudi, 1956.

BRASIL. **Constituição**. República Federativa do Brasil de 1988. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.

BRASIL, 2012. **Lei Nº 12.651, de 25 de maio de 2012**. Dispõe sobre a proteção da vegetação nativa. Disponível em: < [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2012/lei/l12651.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12651.htm)>. Acesso em: 12 jul. 2018.

CAMPO, VICHNEWSKI, PASSADOR E TERRA, Fernanda Heloísa, Henrique, João e Leonardo. **Cesare Brandi**: Uma releitura da teoria do restauro crítico sob a ótica da fenomenologia. Vitruvius, 16 fev. 2016. Disponível em: <https://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/16.189/5946>. Acesso em: 24 mar. 2020.

CATRIOTA, Leonardo B. **Patrimônio Cultural**: conceitos, políticas, instrumentos. São Paulo: Annablume; Belo Horizonte, IEDS, 2009.

CHING, Francis D. K. **Arquitetura: forma, espaço e ordem**. 3ª. ed. Porto Alegre: Bookman, 2013. 438 p.

CHIRINÉA, Maria Letícia Bassoli; AMORIM, Anália. **O diálogo entre o antigo e o novo uma biblioteca no "fórum velho "de Botucatu** - sp. Tfg FAUUPS [S.L.], 2009. Disponível em: <<http://menthor.co/reference.php>>. Acesso em: 26 março. 2020.

CHOAY, Françoise. A alegoria do patrimônio. São Paulo: Editora UNESP, 2001.

CHOAY, Françoise, 1925 – **A alegoria do patrimônio**. Tradução de Luciano Vieira Machado. 3.ed. – São Paulo: Estação Liberdade: UNESP, 2006. 288p.

COELHO, Cristina. O projeto de intervenção em bens culturais imóveis arquitetônicos e urbanos. In: BRAGA, Márcia (Org). **Conservação e Restauro: arquitetura brasileira**. Rio de Janeiro: Editora Rio, 2003.

CONGRESSO INTERNACIONAL DE ARQUITETURA MODERNA – CIAM. **Carta de Atenas**. Atenas, 1933.

CONSELHO INTERNACIONAL DE MONUMENTOS E SÍTIOS - ICOMOS. **Carta do Turismo Cultural**. Cidade do México, 1999.